

Antônio de Pádua Ribeiro

Reflexões Jurídicas

Palestras, Artigos & Discursos

Brasília – 2000



BRASÍLIA JURÍDICA

Entendimento

~

O STJ, pelo seu Presidente, mais uma vez se faz presente à reunião do Colégio de Presidentes dos Tribunais de Justiça, fazendo-o agora nesta progressista cidade de Campo Grande.

Permitam-me, nesta oportunidade, que me congratule com os ilustres organizadores deste evento, Des. Hildo de Carvalho, Presidente do Tribunal de Justiça deste Estado, e Des. José Fernandes Filho, Presidente do referido Colégio, que tem prestado inestimáveis contribuições ao aperfeiçoamento do Poder Judiciário brasileiro.

Sei que o Poder Judiciário, em vários estados, passa por momentos de dificuldade e de perplexidade em decorrência da recente promulgação da Reforma Administrativa e, ainda, em razão da Reforma Previdenciária, em fase final de apreciação no Congresso Nacional. A longa tramitação das propostas de reforma e a controvérsia gerada pela aplicação do seu texto afastaram da magistratura Juízes experientes que se aposentaram precocemente, aumentando ainda mais o percentual de vagas existentes nos quadros do Judiciário, já elevado - cerca de 20% -, situação ainda mais agravada, tendo em conta ser muito desproporcional a relação entre Juízes e número de habitantes.

Ademais, a implantação da nova sistemática remuneratória gera inquietação, à vista da diversidade da legislação pertinente relativa a cada unidade federativa.

Estou, porém, convencido de que a melhor solução para os difíceis problemas há de vir do entendimento entre os Poderes de cada estado, sempre sob a

fiscalização da sociedade e à vista do interesse público. Onde esse entendimento não se fizer, o clima será de crise, altamente pernicioso aos interesses da população, cada vez mais sedenta de Justiça.

A luta pelo aperfeiçoamento da Justiça há de ser constante. É preciso, porém, ter-se em conta que a crise do Judiciário é apenas um dos aspectos da crise do Estado. A desorganização do Executivo, causada especialmente pelos altos índices inflacionários, que contaminaram e desestruturaram a economia do País, ensejou numerosos planos econômicos que abarrotaram e continuam a entulhar o Judiciário de causas tributárias, administrativas e previdenciárias. Ademais, a legislação, alterada a todo momento, tem gerado insegurança jurídica e, em consequência, numerosos litígios também levados à apreciação do Judiciário. Hoje, quem mais litiga é o Estado, seja no plano federal, seja no estadual, seja no municipal. Portanto é ele o maior responsável pelo retardamento na administração da justiça. E o quadro mais se agrava em decorrência de se achar a legislação ultrapassada, inadequada aos tempos em que vivemos, e ser pequeno o número de Juízes.

Se há problemas, precisam ser resolvidos. E a melhor forma de solucioná-los, creio eu, está no entendimento entre os Poderes do Estado, conforme disse. As diatribes tomadas entre membros do Executivo, Legislativo e Judiciário são desgastantes e não atendem aos interesses públicos. A população já está cansada de presenciar debates inconsistentes e agressões recíprocas entre autoridades constituídas. O que ela quer e exige é rapidez no atendimento das suas reivindicações, entre elas, uma Justiça rápida.

É tendo presente esse quadro em poucas linhas descrito que, acredito, aqui se reúne mais uma vez o Colégio de Presidentes dos Tribunais de Justiça.

Tenho certeza de que todos os membros do Colégio, como tem ocorrido em outras oportunidades, irão tomar deliberações sempre com os olhos voltados para o interesse público e com vistas à consecução das superiores aspirações coletivas. Esses são os votos que faço, ao tempo em que me confraternizo com todos os presentes.

Palavras proferidas em 25 de junho de 1998,
na abertura do "Encontro do Colégio Permanente de Presidentes
de Tribunais de Justiça do Brasil", Campo Grande - MS.